

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 2.828, DE 2000

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dispondo sobre o acesso de pessoas portadoras de deficiência nos estabelecimentos financeiros.

Autor: Deputado Antonio Carlos Biscaia

Relator: Deputado Anselmo

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob apreciação acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que “dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transportes de valores, e dá outras providências”, com o objetivo de obrigar os bancos dotados de porta de segurança a manter porta auxiliar que garanta o acesso de pessoas portadoras de deficiência, de prótese metálica, de marcapasso, obesa, gestante, idosa ou com dificuldade de locomoção.

Na justificação do projeto de lei, o Autor sustenta que “a quase totalidade das agências bancárias encontram-se presentemente dotadas de portas de segurança, na sua maioria giratórias e providas de detector de metais” e conclui “que vem se tornando freqüente a divulgação pelos meios de comunicação dos graves problemas enfrentados por aqueles que, em razão das dificuldades decorrentes da situação pessoal, não conseguem acesso às

agências bancárias ou somente o conseguem à custa de enormes sacrifícios e constrangimentos, ante a barreira que se constitui para os mesmos as portas em questão”.

Aberto o prazo regimental de cinco sessões para a apresentação de emendas, a partir de 2-08-2000, na legislatura passada, e a partir de 14-04-2003, nesta legislatura, não foram recebidas emendas ao projeto nesta Comissão.

II - VOTO DO RELATOR

A Constituição Federal, em seu art. 227, § 2º, estatui que a “lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”. O art 23, II, determina ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência física.

O projeto de lei em exame insere-se perfeitamente no propósito do Constituinte de 1988 de resgatar a cidadania das pessoas portadoras de deficiência física. A adaptação dos edifícios, dos logradouros e dos meios de transporte são requisitos indispensáveis para a garantia do direito de ir e vir dos portadores de deficiência física.

A construção da cidadania destas pessoas precisa contar com o apoio da sociedade e da lei: o seu acesso aos direitos civis, políticos sociais e coletivos, e à saúde, educação, trabalho, cultura e lazer não prescinde de suprimir os obstáculos físicos que lhes impedem ou dificultam o deslocamento.

Não obstante a fixação de normas construtivas seja de competência municipal, nesse caso a lei federal é adequada, pois se trata de aperfeiçoamento à operação das portas de segurança, cuja obrigatoriedade foi também instituída por lei federal. Além disso, como já citado, a proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência física, diretriz na qual o projeto de

lei se insere – é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Consideramos, pois, a proposição em foco altamente meritória e oportuna, pois se empenha em amenizar as dificuldades e constrangimentos atualmente enfrentados por seus beneficiários ante a barreira das portas de segurança das agências bancárias.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.828, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado Anselmo
Relator